

**Ata da Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões do dia trinta de novembro de dois mil e dezasseis**

--- Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezasseis, na vila de Sátão, no Auditório da Casa da Cultura, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

--- Período de Antes da Ordem do Dia-----

--- 1 - Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 29/04/2016;-----

--- Período da Ordem do Dia -----

--- 1 - Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM entre o dia 29 de abril e o dia 23 de novembro de 2016, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

--- 2 - Análise, discussão e votação da proposta de Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2017, de acordo com a Informação de Serviço nº 364/2016, de 10 de novembro, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

--- 3 - Análise, discussão e votação da proposta de Orçamento e Plano de Atividades, para o exercício económico de 2017, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

--- 4 - Análise, discussão e votação da proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, de acordo com a Informação de Serviço nº 365/2016, de 10 de novembro, nos termos do art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, no exercício de 2017;-----

--- 5 - Listagem dos compromissos plurianuais assumidos entre o dia 14 de abril de 2016 e 10 de novembro de 2016, ao abrigo autorização prévia genérica favorável a assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela Assembleia Intermunicipal, na sua sessão de 30 de novembro de 2015, de acordo com a Informação de Serviço nº 366/2016, de 10 de novembro nos termos das disposições conjugadas do artigo 104.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro.-----

--- Realizada a chamada às dezoito horas e quinze minutos, verificaram-se as faltas dos seguintes Deputados:-----

--- Sónia Marisa Oliveira Ferreira;-----

--- José Francisco Sobral Abrantes;-----

--- Pedro António Figueiredo Moreira;-----

--- Edite da Conceição Alves da Cruz;-----

--- Maria Ester Vargas de Almeida e Silva; -----

--- Verificando-se a existência de “quórum”, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Acácio Pinto, declarou aberta a Assembleia. -----

--- Período de Antes da Ordem do Dia -----

--- Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** – Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 29/04/2016 -----

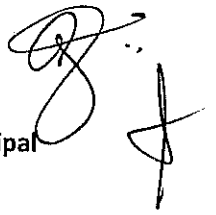
--- Em face da ausência de inscrições, o senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por maioria, com oito abstenções, dos Senhores Deputados: António Rafael Amaro, João Cotta, Mota Faria, António José Correia, Nuno Dias, Carlos Cunha, João Tiago e Ana Isabel. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa, Dr. Acácio Pinto, começou por usar da palavra e cuja intervenção se transcreve: “Começo por dar as boas vindas a todos os Deputados Intermunicipais que estão aqui connosco em Sátão, obviamente que também dou as boas vindas ao Senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal, Dr. José Morgado, ao Dr. Nuno Martinho, Secretário Executivo, Dr. Alexandre Vaz, Presidente da Câmara Municipal de Sátão e quero, também, felicitar os autarcas de Sátão que estão aqui presentes hoje a assistir a esta Assembleia Intermunicipal, desde logo, o Vice-presidente da Câmara Municipal de Sátão e os demais vereadores, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Sátão e o de Rio de Moinhos.-

--- Agradeço também a presença da comunicação social que está também presente, a Radio Alive e que está a colher som em direto e também a filmar, pelo que tive informação.-----

--- Posto isto antes de iniciarmos os trabalhos eu gostaria também, e prevalecendo-me da prerrogativa de hoje estar a “jogar em casa”, dizer-vos que é um prazer redobrado para mim, poder dirigir hoje esta Assembleia Intermunicipal, digo-o para mim mas que certamente também o é para os meus colegas da Mesa, o Dr. José Rodrigues e Alberto Ascensão, porque estando no Sátão, para mim, é um grande prazer. São terras, como sabem, antigas, como são as demais da Região Viseu Dão Lafões mas eu gostaria de destacar que o Sátão de uma forma muito especial tem o seu foral de mil cento e onze, portanto é uma terra muito antiquada em termos de foral e portanto isto também nos apraz aqui dizer nesta reunião. Dizer-vos que são terras hospitaleiras com certeza, com vasto património e que são terras de gentes que estão sempre recetivas para receber todos os que nos queiram visitar.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Sérgio Ferreira, cuja intervenção se transcreve: “Muito obrigado Senhor Presidente cumprimentar a Mesa na sua pessoa, cumprimentar o Senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal, o nosso anfitrião, o Senhor Presidente da



Câmara Municipal de Sátão, o Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, os demais colegas presentes, o público em geral e a comunicação social. -----

— Confiança e Coesão Social e Territorial. Não se atingem estas máximas sem termos nos nossos agora denominados territórios de baixa densidade, territórios rurais, uma rede viária que seja fluída, que seja útil, que seja pragmática e estou a falar do quê? Da Estrada Nacional 229 e vou só me debruçar sobre o troço Viseu-Sátão. -----

— O plano de proximidade das Infraestruturas de Portugal previa o lançamento, até ao presente ano, de um concurso, a lançar no valor de três milhões de euros, depois haveria mais umas dezenas de milhar de euros para os passeios e desmantelamentos. -----

— Os nossos concelhos Sátão, Vila Nova de Paiva, Aguiar da Beira quer sejam os concelhos do nordeste que já pertencem à CIM Douro mas que fazem uso quotidiano da EN229 estão a ser prejudicados por esta falta de investimento, que se verifica há um ano a esta parte. -----

— O Senhor Presidente da Câmara de Sátão, na reunião de setembro, sendo este assunto trazido a "lume", disse-nos abertamente que solicitou uma reunião com o Senhor Secretário de Estado da tutela para discutir esta intervenção e um protocolo que foi assinado entre os Municípios de Sátão, Viseu, a CCDR Centro, o Sr. Secretário de Estado da tutela, na altura Dr. Sérgio Monteiro, e a Infraestruturas de Portugal. Ora, o que nos foi dito é que o Senhor Secretário de Estado atual disse ao Senhor Presidente de Câmara, através do seu Chefe de Gabinete, que nem desse protocolo tinha conhecimento. -----

— Eu queria deixar aqui um repto, se me permite, ao Senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal e porque não ao Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal, para usarem das vossas prerrogativas para fazerem alguma pressão, porque de confiança e coesão territorial eu não vislumbro nada." -----

— Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Santos, cuja intervenção se transcreve: "Voto de Congratulação: -----

— Com o anúncio de uma Unidade de Radioterapia, no Centro Hospitalar Tondela-Viseu, colocase um ponto final nas especulações em torno da sua instalação. O Ministro da Saúde anunciou que será em Viseu e de acordo com o estudo da Entidade Reguladora de Saúde. -----

— Trata-se de um investimento que valoriza o Interior do País, com vista a diminuir as assimetrias regionais. Um exemplo concreto de como, em contexto de escassez de recursos, definir políticas de coesão territorial que vão ao encontro das populações e de subsidiariedade — faz melhor quem está mais perto. -----

--- Ainda, no que se refere ao Distrito de Viseu, importa realçar o compromisso de modernização das Unidades de Saúde Familiares, no quadro da reestruturação dos Cuidados de Saúde Primários, na reorganização da Rede Hospitalar e reforço da Rede de Cuidados Continuados Integrados e de Paliativos, nas obras nas urgências do Hospital São Teotónio, para só referir as mais emblemáticas.-----

--- A instalação de uma Unidade de Radioterapia em Viseu vem colmatar uma enorme lacuna na área assistencial, traz óbvios benefícios e permite vantagens económicas para o Serviço Nacional de Saúde, dando continuidade ao Despacho de 14 de junho de 2005 do então Ministro da Saúde, Prof. Doutor Correia de Campos, que deu luz verde à sua programação.-----

--- Esta decisão vem de encontro à vontade unânime manifestada por esta assembleia intermunicipal que, neste mandato, se manifestou por mais do que uma vez, exigindo dos governos anterior e atual que a instalação desta unidade contemplasse o Centro Hospitalar Tondela-Viseu.-----


--- A Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, reunida em sessão ordinária no dia 30 de novembro de 2016, congratula-se com o anúncio, feito pelo Governo, da instalação de uma Unidade de Radioterapia no Centro Hospitalar Tondela-Viseu, num edifício autónomo, o que traz um sem número de vantagens para a nossa população.-----

--- A ser aprovado deve ser enviado ao Gabinete do Primeiro Ministro, ao Ministério da Saúde, ao Presidente da Assembleia da República e às Câmaras e Assembleias Municipais integrantes da CIM Viseu Dão Lafões.”-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria, cuja intervenção se transcreve: “Nós estamos todos de acordo com o anúncio mas já houve decisões e agora estamos no anúncio e esperamos que ele se concretize.-----

--- Não é uma decisão política, é um anúncio e por isso temos todos que estar conscientes disso. Eu só vou fazer aqui algumas retificações e vou aqui, mais uma vez e não esqueço, que estamos perante um investimento que rondará os quarenta milhões, isto é, porque houve aqui uma história e está ultrapassada, mas é só para dizer que o que está aqui em causa é um investimento em equipamento e edifício, já que a proposta é um Centro Oncológico de raiz.-----

--- Certamente a Câmara de Viseu tem que ter aqui uma palavra muito ativa, nomeadamente até ao nível das candidaturas porque isto tem que ter alguma celeridade, nomeadamente na construção e há toda disponibilidade nesse aspeto e por isso é um investimento que rondará os quarenta milhões.-----



— Por isso, estamos perante um grande investimento e ele só é possível se houver candidaturas ainda aproveitando o Portugal 2020 e eu pessoalmente tenho grandes dúvidas sobre este anúncio, se não houver uma grande motivação política e vou dizer porquê.-----

— Quando aqui o Senhor Deputado enumerou um conjunto de investimentos, que são investimentos dos programas regionais do Portugal 2020 e já estavam todos incluídos num mapeamento em dois mil em quinze, entre os municípios que estão aqui e o governo anterior, ou seja, esse mapeamento já existia das várias extensões nomeadamente as de Viseu que já estão protocoladas e etc., a extensão também de Santa Comba Dão, inclusivamente as urgências do Hospital de Viseu.-----

— Gostaríamos que, por outro lado, também de dizer que a história deste processo da radioterapia, é uma história transversal a todos os governos, é uma história que todos os Conselhos de Administração fizeram as suas propostas e todos os ministros decidiram.-----

— Ao contrário, houve aqui um aspeto, como é óbvio, valorizou-se, não foi uma decisão do Professor Correia de Campos mas houve uma decisão anterior que não foi dita, nomeadamente a decisão de criação concreta de Luís Filipe Pereira da criação de Medicina Nuclear, que faz parte do Centro Oncológico.-----

— Como é óbvio esqueceu-se disso e por isso íamos retificar este esquecimento do Luís Filipe Pereira, que esse sim assinou aquilo que foi a criação da Medicina Nuclear em Viseu e por isso era só para retificar isso e congratularmo-nos com isso.-----

— Já agora congratular-me, também, pois sou um grande defensor dos serviços públicos no interior e das nossas extensões de saúde e também, aqui, dar a novidade que o Senhor Ministro, sobre uma solicitação de uma Deputada do Partido Social Democrata, também deu a garantia, esperemos que se mantenha, do não encerramento de nenhuma extensão de saúde, isso também é um aspeto valorativo e também todos nós o registamos, que em Vouzela, Nelas e noutros concelhos, não há nenhum encerramento de extensões de saúde.-----

— São algumas retificações e gostaríamos só de dizer isto, a radioterapia só é possível, se não é em dois ou três anos, como foi dito pelo Senhor Secretário de Estado em Viseu, é se a decisão for rápida e se já tiver candidaturas ao Portugal 2020, senão nunca mais teremos radioterapia.”

— Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Vale de Andrade, cuja intervenção se transcreve: “Cumprimentar todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Geral.-----

— Apenas para referir que a Mesa devia identificar com todo o rigor aquilo que estamos a votar enquanto voto, porque não é uma mera congratulação, pois parece-me que há aí mais coisas do que meras frases, e não quero votar coisas que não pretendo. Portanto é identificar claramente

o voto, votamos sim ou votamos não, cada um decidirá mas é preciso identificar com todo o rigor o que é. -----

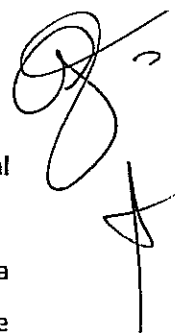
--- Quanto à questão de substância, acho que esta Assembleia e que o Senhor Presidente há pouco elogiou, tem oito anos, uma cultura de trabalho e de exigência e com toda a franqueza eu próprio fico satisfeito que esse equipamento venha para Viseu. Há muitos anos que se ouve falar disto, mas votarmos aqui em assembleia geral, que reunimos duas vezes por ano, congratulando-nos, numa deliberação por causa de um anúncio, parece-me muito para muito pouco. Quanto às polémicas seguintes de vários ministros que decidiram sobre esta matéria, todos eles o fizeram com as melhores das intenções, mediante aquilo que era o seu pensamento e era a estratégia que definiram, não penso que seja agora o momento para vir reclamar obra.

--- A obra está feita, não há nada para reclamar, portanto não vale a pena. Já está montada a Unidade de Radioterapia em Viseu? Não está. Quando for lá iremos nós todos à inauguração. Agradecia só que a Mesa colocasse à votação, com rigor, aquilo que foi apresentado para eu poder votar.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Tiago, cuja intervenção se transcreve: "Eu também gostava de conhecer o teor do voto de congratulação para poder votar a favor, porque já tivemos várias discussões sobre estas situações, uma delas até em Mangualde, terra que eu aqui represento, e nessa reunião discutíamos a diferença entre Sistema Nacional de Saúde e Serviço Nacional de Saúde e houve Deputados, no seu direito legítimo de opinião, que diziam que o que lhes interessava é que existisse radioterapia em Viseu, fosse privada ou fosse pública, isso seria irrelevante.-----

--- É essa a diferença entre quem defende o Sistema Nacional de Saúde e quem defende o Serviço Nacional de Saúde, por isso quem defende o Serviço Nacional de Saúde, que é um serviço iminentemente público de acesso tão universal e gratuito quanto a Constituição o prevê, a mesma que celebra este ano os quarenta anos, que nós como autarcas democraticamente eleito que também celebramos, essa mesma Constituição apresenta aos cidadãos como uma meta a atingir e parece-me estranho que quando somamos mais um tijolo na construção do Sistema Nacional de Saúde, não seja possível termos a unanimidade de termos a congratulação de termos em Viseu um serviço público iminentemente público e que sirva os viseenses de igual maneira.-----

--- É verdade que como São Tomé "quer ver para crer", mas a partir de o momento em que há um anúncio de uma entidade tão respeitável como o Ministério da Saúde, desta maneira como até agora nunca houve e é preciso termos noção de que nunca houve um compromisso tão



rigorosamente apresentado como este, seja possível fazer e há uma coisa que nos estamos a habituar nos últimos meses é que o tempo em que se prometia alguma coisa em campanha e depois se fazia literalmente o oposto na governação, mudou. -----

— Hoje em dia, estamos não num mar de rosas que poderíamos e aspiraríamos estar mas estamos com um governo que normalmente aquilo a que se compromete, embora em muitas coisas eu até discorde, normalmente costuma cumprir e no que toca à defesa dos serviços públicos mede meças pelo menos aos últimos dois, três governos, incluindo outros que eu até apoiei. Isto quer dizer que temos aqui um histórico recente de incumprimento de compromissos com os cidadãos. -----

--- Eu queria então que realmente se esclarecesse o voto de congratulação para poder votar claramente a favor. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Carlos Cunha, cuja intervenção se transcreve: "Aproveitava a ocasião para o cumprimentar assim como à restante Mesa, cumprimentar o Senhor Presidente da CIM Viseu Dão Lafões, o Senhor Secretário e o Presidente da Câmara Municipal de Sátão, o nosso anfitrião, e dizer-lhe que enquanto Capital do Míscao estamos muito bem servidos e que continue o magnífico trabalho que tem feito na divulgação deste produto endógeno. -----

--- Dizer-vos o seguinte sobre a questão da radioterapia: ainda que seja um anúncio nós votaremos favoravelmente. É lógico que este parecer que existe desde dois mil e catorze um parecer regulamentar da Ordem da Saúde que dá o Centro Hospitalar Tondela-Viseu, como local privilegiado para a instalação da Unidade de Radioterapia. -----

--- Registamos, também, que seja também cumprido a questão da candidatura a Centro de Referência Oncológico, acho fundamental que isso venha a acontecer, esse objetivo foi falhado e esperamos que futuramente venha a ser concretizado, provavelmente com a próxima administração e que esse assunto não seja esquecido, sobretudo na referenciação no cancro do cólon e no cancro hepático ou biliopancreático. -----

--- Quanto ao resto dizer também que registamos aqui esta chamada de atenção e achamos bastante pertinente que é a questão a candidatura aos fundos do Portugal 2020 e que implicará, certamente, uma celeridade em todo este processo para que em Viseu possamos ter esta unidade de saúde de radioterapia que tanta falta faz a esta região. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Santos, cuja intervenção se transcreve: "Obviamente que eu gostaria de trazer aqui um convite para a inauguração da Unidade de Radioterapia de Viseu, mas não me competia a mim, mas era muito melhor que já estivesse

nessa fase. Não o é, é apenas o anúncio. E não sei onde o senhor deputado José Mota Faria foi arranjar um investimento de quarenta milhões de euros, até é capaz de ser. Quanto às candidaturas ao 2020, obviamente que não é a si ou a mim que compete estar preocupado com isso, é ao governo e portanto quanto à decisão que aqui fala do ex-ministro Luís Filipe Pereira, eu gostaria de saber se quando ele decidiu a criação da Medicina Nuclear em Viseu, se era no Centro Hospitalar ou se era no Hospital da CUF. Porque, a propósito disso, e como todos sabem e dado que referiu aqui que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu tem uma palavra a dizer, (aliás ele já anda a dizer muitas palavras a mais), ele até já disse, após este anúncio, que foi ele que andou a negociar com os gabinetes e com secretários de estado e ministros para a radioterapia vir para Viseu. Obviamente que se afigura ridículo, que já ninguém acredita que seja verdade que isso aconteceu. -----

--- Já agora, para terminar, isto efetivamente era um anúncio mas eu acredito mais nos anúncios deste governo do que nas previsões do boletim meteorológico. E mais, os anúncios que até agora têm falhado são os anúncios do aparecimento do diabo que são feitos pelo Senhor ex-primeiro-ministro. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria, cuja intervenção se transcreve: "É um protesto em relação a esta terminologia em relação ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu. -----

--- Para sua informação o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu teve uma reunião com o Senhor Ministro e eu também lá estive, como Presidente da Assembleia Municipal de Viseu e este foi um dos assuntos que esteve em cima da mesa. -----

--- Estiveram presentes o Senhor Ministro, os dois secretários de estado e mais um adjunto. ---

--- Para sua informação e já foi há muito tempo e houve sigilo no tratamento das situações. A CUF e deve aqui dizer-se, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, congratulou-se na inauguração da CUF com a decisão da radioterapia no Hospital de S. Teotónio, em Viseu, o que ele disse, e aqui são as terminologias, "*eu quero a radioterapia para os meus municípios e para a região, seja pública ou privada, eu quero pública mas se o público não vier que venha o privado*". -----

--- Foi assim que foi dito e congratulou-se na inauguração de um hospital privado com radioterapia. -----

--- O Sistema Nacional de Saúde é onde o senhor vive, tem um serviço e um sistema nacional de saúde. O senhor vai a uma farmácia está a ir ao sistema nacional de saúde, vai a um laboratório de recolha de análises é sistema nacional de saúde e depois tem o Serviço Nacional de Saúde. É



um problema de terminologia que o senhor não sabe utilizar e só para terminar em Serviço Nacional de Saúde, eu sou tão defensor como o senhor que estou lá dentro e estou lá cem por cento.” -----

— Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Santos, cuja intervenção se transcreve: “Dizer ao Senhor Deputado que quando eu me referi à escolha entre o privado e a CUF, eu me referia ao ex-ministro Luís Filipe Pereira e não ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu que acerca dele foi bem claro. Leu nos jornais, eu também li, quando ele disse que a radioterapia vinha para Viseu. E esta reunião que o senhor teve com o senhor ministro e o senhor presidente da Câmara, em Lisboa, só é pena não a ter tido há quatro anos atrás, isso é que é lamentável, porque isto é tudo muito bonito e eu sei que isto incomoda muita gente - que isto vá sendo assim, que o governo vá cumprindo promessas, como já aqui foi dito, mas é a geringonça a funcionar.” -----

— Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou o voto de congratulação a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com um voto contra do Senhor Deputado João Vale de Andrade. ---

— Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Dinis, cuja intervenção se transcreve: “Mobilidade nos territórios de baixa densidade: -----

--- Na linha estratégica definida pela CIM Viseu Dão Lafões para o nosso território, identificada como: Implementar a capacidade competitiva e o desenvolvimento da região, promover redes de cooperação, o projeto “Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes”, suportado no Contrato de Delegação de Competências, foi a discussão e votação na última assembleia municipal de Tondela. O CDS/PP votou favoravelmente este documento. Penso que o mesmo irá ser feito na totalidade das assembleias municipais dos municípios pertencentes à CIM Viseu Dão Lafões. -----

--- A necessidade de coordenar e planear os transportes públicos que atravessam diferentes municípios da CIM Viseu Dão Lafões, partilhando recursos e meios, ajustados às demandas das populações servidas, é a plataforma comum na qual assentam todos estes Contratos Administrativos de Delegação de Competências. Louvável este exercício de melhoria dos serviços de transporte de passageiros às nossas populações. Louvável ainda mais quando em causa estão muitas vezes territórios mais isolados e distantes das sedes de concelho e dos serviços de educação, saúde e demais atividades económicas e sociais. -----

--- O peso da interioridade ainda se faz sentir muito intensamente na generalidade do território da nossa CIM. Atente-se no que paga um município do concelho de Tondela, que more em São

João do Monte e que tenha de se deslocar para a cidade de Tondela para estudar ou trabalhar. Cerca de 120 euros mensais para quem trabalhe e, um valor mais reduzido para quem estude no ensino secundário. Aproximadamente cento e vinte euros para uma opção de ida e outra de regresso, durante os dias úteis. Nas férias é uma desgraça. Tem de se andar à boleia ou andar muitas vezes a expensas próprias para se poder deslocar a Tondela. -----

--- Mas quando verificamos que na zona urbana da capital e arredores, um utilizador paga nos passes intermodais L123 cerca de 68 euros e no L123MA cerca de 88 euros (que lhe permite andar pelos municípios da área metropolitana de Lisboa e por vários concelhos do distrito de Setúbal), tendo acesso a transporte de 20 em 20 minutos, percebemos a dimensão destes problemas num país tão desigual. E, por muito que custe a admitir pela esquerda que controla os sindicatos de transportes, são os impostos de todos nós que ajudam a custear estes serviços de mobilidade nas grandes áreas urbanas. Foram esses défices de exploração dos sistemas da CARRIS, da METRO, da TRANSTEJO, dos STCP, etc., que acumulados ao longo de anos, serão pagos por todos nós. O caso da CARRIS foi a mais recente, com cerca de 800 milhões de euros de dívida transferida para o estado. Eu não ando de transportes públicos em Lisboa, mas pago-os! Por isso, pergunto: Não seria justo os governos apoiarem estes novos projetos de mobilidade entre os territórios de baixa densidade para que as nossas populações tivessem melhores condições de vida? -----

--- Processo de fabrico da Louça negra de Bisalhães, Património da UNESCO. -----

--- Foi ontem, dia vinte e nove de novembro, que o processo de fabrico da louça negra de Bisalhães em Vila Real foi reconhecido pela UNESCO como Património Cultural Imaterial a preservar. Este reconhecimento permitirá aumentar a projeção e a visibilidade deste artesanato e a sua proteção para que a extinção do mesmo não venha a ocorrer. Felicito os intervenientes neste processo pelo êxito alcançado, com a alocação de recursos para o poder concretizar nos próximos anos. -----

--- O barro negro de Molelos, no Concelho de Tondela, é também uma referência no artesanato português, com vários séculos de tradição e de saberes acumulados. Há quem diga, e eu partilho dessa opinião, que é similar, mas muito mais bonito e interessante do que o de Bisalhães. -----

--- Por isso, gostaria de questionar V. Exas se o município de Tondela ou a junta de freguesia de Molelos já efetuaram alguma diligência junto da CIMVDL no sentido de projetar e promover a Louça Negra de Molelos em iniciativa idêntica à da Louça de Bisalhães? -----



— Mais, gostaríamos de saber se existem produtos ou processos relativos ao nosso património cultural e à identidade das nossas gentes em processo de candidatura para reconhecimento e preservação em entidades nacionais e internacionais? -----

— Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio, cuja intervenção se transcreve: “Os dados comprovam que o Itinerário Principal mais movimentado deste país e por uma margem bem dilatada dos restantes é o IP3 na ligação de Viseu a Coimbra. -----

— Infelizmente os dados também comprovam ser esta uma das vias com sinistralidade mais elevada, onde recorrentemente os acidentes ali ocorridos provocam vítimas mortais a lamentar.

— A solução para este problema, há muito que está encontrada, sendo a mesma pacificamente aceite tanto pelas autarquias como pelos cidadãos, ou seja, requalificar o atual traçado e construir uma autoestrada de raiz, que ligue com segurança e rapidez a Região de Viseu ao Sul de Portugal. -----

— Não valerá a pena neste momento, fazer a história desta novela que se arrasta há demasiados anos, onde já chegámos a assistir à apresentação oficial de vários percursos e até em algumas cerimónias com toda a pompa e circunstância. -----

— Não olhemos para trás, mas sim para o presente e para o futuro. -----

— É urgente requalificar o IP3, tornando-o mais seguro e eficiente? Todos concordamos que sim. -----

— É urgente uma ligação de autoestrada a Sul? Também todos estamos de acordo, pois as ligações a Norte (Vila Real), a Este (Vilar Formoso) e a Oeste (Aveiro) já temos. O país não tem capacidade financeira para a construir? Também sabemos que não. Que no atual quadro comunitário, não é possível candidatar esta obra aos Fundos Comunitários? Parece que realmente tal não será possível. Então quais são as soluções que restam? -----

— Apenas duas, ou não se constrói, ou candidata-se a mesma para que sejam os privados a construí-la e obviamente a explorá-la. -----

— Mas haverá empresas interessadas? As informações disponíveis dizem-nos que sim. -----

— Assim sendo, porque não avança? Será por o PCP e o BE serem contra a iniciativa privada? Responda quem quiser e souber. -----

— O que sabemos é que esta é uma matéria demasiado importante para a nossa região e para o interior norte de Portugal. -----

— Assim, a Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, reunida no dia 30 de novembro de 2016 em Sátão, delibera que: -----

--- 1 - A ligação a Sul desta nossa Região feita por uma via rodoviária com perfil de autoestrada, é importante, é necessária e é urgente;-----

--- 2 - Esta obra tem uma relevância não só regional, mas também nacional na segurança das pessoas e na atividade das empresas;-----

--- 3 - Reconhece o trabalho já realizado pela IP-Infraestruturas de Portugal no projeto denominado “Via dos Duques”, o qual foi aceite e defendido pelos autarcas e pela generalidade da população;-----

--- 4 - Seja solicitado ao Governo que considere prioritária e urgente para Portugal, a implementação e conclusão desta solução de ligação a Sul, mesmo sendo através da iniciativa privada sem custos para o Estado;-----

--- 5 - O atual traçado do IP3 seja mantido mas requalificado de forma a aumentar a segurança de quem nele circula.-----

--- Sendo aprovada esta Moção, que a mesma seja enviada ao Senhor Primeiro-Ministro, ao Senhor Ministro da Economia e ao Senhor Presidente da República.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Dinis, cuja intervenção se transcreve: “Manifestar o nosso voto favorável a esta moção, sendo que contempla grande parte das reivindicações que todos temos feito e que também temos feito na assembleia municipal de Tondela e por isso nos revemos nesta moção e é indicar a nossa declaração de intenção de voto nesta matéria.”-----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou o voto de congratulação a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Manuel Casais, cuja intervenção se transcreve: “Na continuação dos dois colegas anteriores que falaram sobre as vias de comunicação, continua-se a verificar de facto que o Interior está cada vez mais isolado e há municípios com melhores vias e outros com piores.-----

--- De Viseu a São Pedro do Sul são cerca de vinte quilómetros, demoramos meia hora, enquanto há outros concelhos que de Viseu a Mangualde ou de Tondela demora-se dez a quinze minutos muitas das vezes, portanto era mais uma das vias que era necessário melhorar.-----

--- O pormenor está é que aquilo não é das Infraestruturas de Portugal mas sim, as estradas foram entregues às autarquias e o maior traçado é da Câmara Municipal de Viseu, portanto cerca de quinze quilómetros entre Viseu e São Pedro do Sul são da Câmara Municipal de Viseu, cerca de três quilómetros são de Vouzela e o restante de São Pedro do Sul. São Pedro do Sul tem



no início já um traçado elaborado e aquilo continua a ser um desastre e por falar em desastres diariamente, quase, existem acidentes no traçado a seguir a Bodiosa e era no sentido de que se o Conselho Executivo, era possível no âmbito dos novos quadros comunitários de apoio, a ver se havia apoios. Pois a Comunidade Intermunicipal foi criada com o objetivo de fazer as grandes ligações entre os municípios, porque antes cada concelho, cada município se candidatava aos programas que havia para fazer “obrinha” e eu reconheço que hoje é quase a mesma coisa, ou seja, os municípios candidatam-se a programas municipais apenas e existem muito poucos que se candidatam a intermunicipais. -----

--- Portanto apelo que o espírito da Comunidade Intermunicipal se mantenha nomeadamente em infraestruturas de interesse de todos, porque às vezes dá quase a parecer que toso nós gostamos muito do nosso quintal e se lhe damos bom acesso, os outros vêm para cá, por isso cada um gosta de preservar o seu “cantinho” e não quer interligações com os outros. -----

— Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Henriques, cuja intervenção se transcreve: “Antes de fazer a intervenção que tinha planeada gostaria só de congratular-me pelas intervenções anteriores, nomeadamente, do nosso colega António Dinis e sé complementar uma situação muito simples. -----

--- Quando o Interior foi digno de uma opção estratégica de desenvolvimento a nível acessibilidades com as SCUT’s, rapidamente se arranjaram todos os argumentos para elas deixarem de ser SCUT’s e passarem a ex-SCUT’s pagas pelos utilizadores, no entanto a SCUT chamada SCTCP, a SCUT chamada Metro do Porto, Carris, Transtejo, essa nunca ninguém pôs em causa e mais, nem nós no Interior, porque sabemos que tem que existir médios de acessibilidade regional para permitir que haja boa qualidade de vida nos meios urbanos. -----

--- Ora o que nós desejaríamos era tão simplesmente o mesmo, a reciprocidade dos nossos cidadãos do litoral de perceber que precisamos de ter instrumentos de desenvolvimento regional, nomeadamente nas acessibilidades e que isso também é benéfico para eles, como também é benéfico para nós haver bons transportes em Lisboa, por forma a economia, que também nos beneficia, funcione bem no litoral também é importante para as pessoas de Lisboa e do Porto que a economia do Interior funcione bem para que haja menos êxodo rural para as grandes cidades e por isso eles também possam viver melhor. -----

--- Acho que também nos falta alguma falta de estratégia para o Interior, de sabermos explicar porque é que achamos que as SCUT’s têm a sua lógica. Fala-se que podem haver alguns descontos agora numa ótica de alguma coesão territorial, não sei se será digno de um anúncio ou não mas aguardaremos por isso. -----

--- Mas a minha intervenção centrar-se-ia uma vez que julgo, como foi dito há pouco, a Comunidade Intermunicipal não se deve centrar no “seu quintal” e como hoje em dia as nossas janelas são para o mundo, eu em meu nome e em nome da bancada do Partido Socialista, queria congratular-nos pela eleição do Eng.º António Guterres, como secretário-geral da ONU, não só por ele ser um português ou ser só alguém da minha família política, mas por ser alguém que fez todo um trajeto de vida em favor dos mais desfavorecidos, em favor do bom senso e do diálogo.-----

--- Quando hoje olhamos para o que se passa no mundo, vemos o quão raro esses valores se estão a tornar. Ao vermos a democracia mais antiga e a federação até hoje mais bem conseguida eleger quem elegeu, não questionando obviamente a democracia do ato, vemos muito bem para que caminho o mundo segue.-----

--- Quando vemos em França ao ver-se o reverso da Revolução Francesa, os direitos liberais da igualdade, da fraternidade e liberdade, se perspetiva a possibilidade da Extrema Direita chegar ao poder. Quando vemos na Alemanha cidades importantíssimas a estarem já na mão da Extrema Direita.-----

--- Quando vemos na Holanda o mesmo a acontecer e quando vemos na Rússia um autocrata que se autoelege, começamos a ver realmente que os valores liberais, no sentido tradicional e histórico do termo, de soberania mas de cooperação entre os estados, de respeito pelo direito internacional, de respeito pelas liberdades e garantias está realmente em causa.-----

--- Felizmente da Europa, do canto mais ocidental da Europa, deste jardim à beira mar plantado, como dizia Bernardim Ribeiro, surge alguém que poderá fazer pontes e essas pontes normalmente são feitas exatamente por pessoas de países pequenos, porque normalmente estas pessoas têm a sobrançeria de tentar impor para o outro aquilo que não quer totalmente.

--- Por isso, deve ser um grande orgulho para nós como portugueses, para nós como beirões, porque António Guterres também é um beirão e a sua atividade política em muito beneficiou o Interior e os beirões, eu prefiro sempre o nome beirões e beiras a centro, porque Burkina Faso também tem uma região centro e tem uma região sul mas não tem nenhuma região Beiras e isso quando um dia se voltar a falar na regionalização mas a sério, uma regionalização política, ao serviço dos cidadãos e não dos lobbies partidários, dos nossos partidos, todos os que estão aqui, nós então teremos a possibilidade de a chamar como deve ser chamada, que é Beiras e não Centro.-----

--- Esperemos que algum bom senso internacional possa ser posto ao serviço do seu desenvolvimento, porque infelizmente e por tudo que nos custe mais, tem muito mais



preponderância na ação do nosso dia-a-dia o que se passa na ONU ou em Bruxelas, do que se passa nas nossas regiões da Comunidade Intermunicipal, porque infelizmente qualquer decisão tomada em Londres, Frankfurt, Paris ou Bruxelas nos afeta mais na vida. -----

--- Só uma pequena nota de rodapé, provavelmente muitos de nós não temos essa dimensão de informação, mas desde que Donald Trump foi eleito os metais não ferrosos aumentaram mais de mil euros a tonelada, significa isto que vamos ter uma exponencial de crescimento das matérias-primas, para já, sem que haja produção que sustente esse aumento da procura e por isso um aumento do preço. -----

--- Significa isto que alguma da recuperação económica internacional que estava a haver poderá estar em causa e isso será determinante para a prossecução de tudo aquilo que aqui discutimos, porque no fim do dia se não houver economia a crescer não há dinheiro para distribuir. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Luís Ferreira, cuja intervenção se transcreve: "Eu não vou fazer nenhum anúncio até porque se os anúncios valessem tanto eu não necessitava de estar aqui a recuperar ou a estar a ressuscitar, porque por vezes dá a ideia que já morreram algumas ideias ou algumas medidas concretas com o processo de lançamento já em curso com cabimentação já definida. Vou ser conciso, direto e pragmático nas questões para que de igual modo me seja respondido. -----

--- Na comunicação do Senhor Presidente referia que houve no dia sete de novembro uma reunião participada, em que um dos intervenientes seria a Secretaria de Estado, para ultrapassar alguns constrangimentos. A minha questão era direta, como disse: Que constrangimentos são esses? Estou a falar em concreto do Programa Aproximar e do serviço Porta a Porta. -----

--- Ora este Programa estava previsto e foi anunciado há muito tempo, estava já em prática muitas ações concretas para ser instalado, entretanto deixámos de ouvir falar sobre ele. O que eu gostaria saber, de facto, era se esses constrangimentos forma ultrapassados e quais eram. -

--- A segunda questão tem a ver com a recuperação ou requalificação das escolas, tivemos conhecimento que tinha sido de um "bolo" que existia, uma parcela tinha sido atribuída para a recuperação da Escola Secundária de São Pedro do Sul, soubemos, também, que o Senhor Presidente da autarquia não quis aceitar a obra na altura e o que é certo, é que eu fiquei ansioso, na expectativa, porque in loco pode-se comprovar que a Escola de Castro Daire, poderia falar de muitas outras, tem necessidades prementes de requalificação. -----

--- Ora eu fiquei com alguma esperança de que essa verba pudesse ser canalizada para beneficiação de algumas dessas escolas, naturalmente gostaria mais que fosse a minha, enquanto castrense, sem misturar aqui outras funções. -----

--- Eu já questionei numa sessão anterior os critérios que estavam subjacentes à requalificação. Eu não sei se é porventura, se tudo nasce na apresentação de uma candidatura, se posteriormente a decisão é tomada em função da fundamentação da pertinência da candidatura. Gostava que me esclarecesse relativamente a esses critérios e ao mesmo tempo questionava se o Presidente da Câmara Municipal de Castro Daire algum dia apresentou alguma candidatura de requalificação para essa escola e se apresentou porque ela não vingou. -----

--- Uma outra questão de uma obra em concreto que estava em processo de lançamento tem a ver com a requalificação da Estrada Nacional 225, que liga Castro Daire a Alvarenga. -----

--- Nós sabíamos que estava destinada uma verba a rondar os três milhões e quinhentos mil euros para essa requalificação dessa via, sabemos também que o ano de desenvolvimento da obra seria dois mil e dezasseis, estamos a chegar ao final do ano e não sabemos o que será feito dessa obra, certamente não será concretizada num mês, eu gostaria de saber era se em termos de perspetivas para o futuro se podemos contar com essa requalificação. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Carlos Cunha, cuja intervenção se transcreve: "Reitero os meus cumprimentos e congratular-me, também, por mais um português que chega ao topo do mundo, neste caso, o Eng.º António Guterres, que é um humanista e é uma personalidade que eu sempre admirei bastante. Dar apenas uma nota prévia que enquanto uns se preocupam em construir muros, ainda bem que nós nos preocupamos em construir pontes para o futuro e que ele seja muito bem-sucedido nesta nova missão, à frente das Nações Unidas.

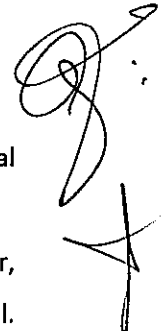
--- "Moção: pela criação, em Viseu, de uma Unidade de Ensino Estruturado para alunos com Perturbação do Espectro do Autismo e de uma Unidade de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência no ensino secundário. -----

--- A presente Moção fundamenta-se nos seguintes pressupostos: -----

--- 1 - A entrada em vigor do Despacho Normativo n.º7B/2015, de 07/05 instituiu a obrigatoriedade da frequência do ensino básico e secundário a todos os alunos com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos; -----

--- 2 - Compete aos Agrupamentos de Escolas e às escolas não agrupadas da rede pública, assim como aos estabelecimentos do ensino particular e cooperativo com contrato de associação disponibilizar a oferta educativa, destinada a alunos sem e com necessidades educativas especiais de carácter permanente; -----

--- 3 - O Decreto-Lei n.º3/2008, de 07/01, que regulamenta atualmente a Educação Especial, instaurou a criação de Unidades de Especiais de Ensino para alunos com Perturbação do Espectro do Autismo e também para alunos com Multideficiência ou surdo-cegueira congénita;



— 4 - O alargamento da escolaridade obrigatória para os 18 anos, no final do ano letivo interior, veio tornar evidente uma grave lacuna no âmbito regional ao nível da Educação Especial. Nenhuma das três escolas secundárias do concelho de Viseu dispõe de unidades especializadas destinadas a alunos com Perturbação do Espectro do Autismo ou Multideficiência, o que inviabiliza a transição entre níveis de ensino para os alunos com estas problemáticas conforme o previsto na legislação vigente;-----

--- 5 - Os jovens com este tipo de necessidades educativas especiais apresentam elevado grau de dependência e perante a ausência de respostas na rede pública, resta-lhes permanecer até aos 18 anos nas Unidades de Ensino Especializado de Apoio à Multideficiência, ou de Ensino de Ensino Estruturado existentes ou em alternativa ficar em casa, retrocedendo nas suas aprendizagens e aquisições;-----

— 6 - Face a esta gravíssima carência de oferta educativa na rede pública, que não foi atempadamente prevista, o Grupo Intermunicipal do CDS-PP propõe que sejam tomadas por esta Assembleia Intermunicipal as seguintes deliberações:-----

— 1 - Os órgãos tutelares do Ministério da Educação contemplem, com prioridade máxima, aquando da elaboração da rede escolar para o ano letivo de 2017/2018, a erradicação de modo definitivo desta grave lacuna, implantando-se uma resposta educativa altamente diferenciada ao nível do ensino secundário no Concelho de Viseu no âmbito da Educação Especial, que assegure o direito de todos os cidadãos à educação, conforme o estabelecido nos artigos 73º e 74º da Constituição da República Portuguesa;-----

--- 2 - Dar conhecimento da presente Moção às seguintes entidades: Ministério da Educação; DGEST; DGEST Centro; Presidência da República; Presidência da Assembleia da República; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Municípios e Assembleias Municipais da CIM Viseu Dão Lafões.”-----

— Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Vale de Andrade, cuja intervenção se transcreve: ““Eu gostava de poder votar esta moção favoravelmente mas não tenho conhecimento suficiente de algumas das coisas que são ditas. Não que isto seja alguma surpresa para mim, ainda ontem estive numa assembleia geral, onde se discutiram políticas de inclusão e onde lavrámos um voto de pesar pelo falecimento do Prof. Doutor Alfredo Bruto da Costa, portanto é uma área a que estou ligado há muitos anos, há trinta anos.-----

--- Não há que encontrar aqui soluções de “gueto” para estes alunos com necessidades especiais, eles têm que ser trabalhados juntamente com o resto da comunidade e são essas as normas atuais, o próprio Governo de alguma maneira já deu uma indicação nesse sentido, pelo

menos há pessoas que têm essa informação, que se preocupam com estas matérias. Portanto eu não tendo exato conhecimento do que aí se pede ou seja a erradicação total desta lacuna, qual lacuna - criar uma sala de aula para alunos com necessidades especiais? Uma escola à parte? Portanto como não percebo não posso votar em consciência.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Carlos Cunha, cuja intervenção se transcreve: "Esclareço com todo o gosto e de modo a que as dúvidas fiquem dissipadas. O que está aqui é muito simples. -----

--- Existem em vários concelhos, Mangualde e Sátão também tem, uma unidade de apoio ao ensino secundário, não é uma solução nova e nem é nenhuma situação que estejamos aqui a descobrir o "Ovo de Colombo" mas o que acontece é que em Viseu nenhuma das escolas secundárias tem uma unidade que receba estes alunos. Alunos com multideficiência, alunos com a Perturbação do Espectro do Autismo, eles estão integrados na turma, quando fazem parte do ensino regular da escola pública.-----

--- O problema que está aqui e o que se coloca de facto é que não há nem existe resposta ao nível do ensino secundário em Viseu. Pura e simplesmente não existe e tem de ser criada, porque as crianças existem e está a ser-lhes negado o direito de prosseguirem, digamos assim, a sua frequência escolar pois são alunos com elevado grau de dependência ao nível do ensino secundário. Apenas isso. Somos apologistas, cem por cento, da escola inclusiva.-----

--- O problema que se coloca aqui, é que a escola inclusiva de que todos se gabam, tem que se adaptar às necessidades destes alunos e esta criação diferenciada existe precisamente nas escolas da rede pública para atender a estas crianças e Viseu tem neste momento esta carência e deve ser suprida."-----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou a moção a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com um voto contra do Senhor Deputado João Vale de Andrade.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria, cuja intervenção se transcreve: "Eu ia apenas dizer que também estamos de acordo em relação aos planos intermunicipais de mobilidade e transporte que aqui foram referidos, ou seja, que deviam ser autossuficientes, deviam ser viáveis e haver a componente serviço público, que devia ter critérios, princípios e transparência na sua distribuição por todo o país. Estamos inteiramente de acordo nesse aspeto.

--- Em relação a uma outra situação, era apelar ao senhor presidente do conselho intermunicipal e tem a ver com uma reunião que vai existir na segunda-feira e porque sou membro da assembleia intermunicipal e é um pouco estranho ser convocada esta reunião, eu julgava que



os assuntos estavam resolvidos e que não havia problemas, e atendendo que a afetação da universalidade da Assembleia Distrital de Viseu já foi em março de dois mil e quinze e que foi aceite sem problemas e passado este tempo é convocada uma assembleia distrital para resolver, ainda, problemas relacionados com esta universalidade.-----

--- Que era indivisível e está relacionado com todos e porque eu tenho muitas dúvidas e dentro do princípio que lá vem referenciado da prudência, eu gostaria de saber o que se passa. Li aqui uma situação que me levantou muitas dúvidas, porque uma decisão deste tipo implica sempre uma responsabilidade, não só política mas também civil e acho que esta Assembleia também tem que saber o que se passa em relação a este processo, a esta tramitação e saber em que se baseia no fundo a sustentação da colocação de todo este processo em termos, por parte do Conselho Intermunicipal, em decisão na assembleia distrital do dia cinco, situação que tem a ver com a transferência de toda a universalidade da assembleia distrital e qual é o ponto de situação, que bases é que sustentam, que problemas houve.-----

— No fundo, era colocar esta questão até porque deve ser uma informação a ser dada a toda Assembleia. -----

— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: “Cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa, Dr. Acácio Pinto e restantes membros, cumprimentar o Dr. Nuno Martinho, os senhores deputados, senhores vereadores, senhores presidentes de junta e obviamente o meu caro amigo e colega, Dr. Alexandre Vaz, Presidente da Câmara Municipal de Sátão. Desde já, em nome do Conselho Intermunicipal nunca é por mais dizer-lhe, o nosso bem-haja por nos ter aqui recebido e acolhido e obviamente termos esta estrutura de rotatividade para que os órgãos também saiam da sua sede, que é Tondela, para que também venham aos territórios e dar-nos a conhecer a todos e venhamos a discutir, e bem, todos os nossos problemas de interesse intermunicipal e da nossa região e também obviamente e não descurando os nossos municípios e do nosso país. -----

--- Respondendo diretamente à questão que me foi colocada pelo Dr. Mota Faria, em virtude de uma reunião que vai ocorrer no dia cinco de dezembro, pelas dezoito horas, na Casa do Adro, onde funcionava a antiga Assembleia Distrital de Viseu, como sabem ainda não está extinta, está e sem poderes com a nova legislação. -----

--- Com a nova legislação que ocorreu também foi transferido para as comunidades intermunicipais digamos que o seu património, nós juristas temos sempre para esta classificação, uma universalidade e se havia dentro dela património que foi transferido e não

suscitava dúvidas, desde logo aquele que é registado, o património imobiliário, não havia outro tipo de património sujeito a registo.-----

--- Mas também havia um conjunto de património imaterial, como seja a Revista Beira Alta e um acervo que nós estamos a classificar e para além disso um conjunto de bens patrimoniais ligados ao nosso Distrito, que estamos a inventariar e classificar com pessoas formadas na área até para um dia até expormos nos nossos territórios e podermos verificar esse acervo que foi acumulado durante a vigência da Assembleia Distrital. -----

--- Mas o cerne da questão, a grande dificuldade que houve com a dita deliberação da transferência da universalidade forma as quotizações dos municípios que estavam em causa. Se levássemos a Lei à letra, e depois serão distribuídos documentos a quem tem assento nesta Assembleia Distrital e como sabem são os senhores presidentes de câmara e um membro eleito dessa assembleia municipal, se levássemos à letra, aquilo que são as assembleias distritais, os municípios tinham uma quotização que tinham que contribuir para as despesas ordinárias ou correntes da Assembleia Distrital para o seu funcionamento.-----

--- Sucede porém que acerca de há mais uma dúzia de anos, seguramente, e depois isto será vos dado com todo o rigor, que a Assembleia Distrital não funcionava, não eram elaborados os respetivos planos de ação, as Grandes Opções do Plano, os orçamentos, nem eram aprovados nem se reuniam os órgãos e aí é que está a grande dúvida. -----

--- Porque um dos pontos e segundo um parecer jurídico que temos, o princípio da quotização dos municípios é subsidiário, isto é, se a Assembleia Distrital gerar receita por si próprio, seja autossuficiente para que ela tenha o funcionamento corrente, as quotas dos municípios digamos que subsidiariamente e definidas ano a ano, serão impolidos os seus associados, neste caso os municípios para o seu pagamento. -----

--- Verificámos isto e vou resumir isto, porque depois vamos escarpelizar isto detalhadamente nessa reunião, específica para isto e verificámos que ao fim destes anos subsistem duas questões: -----

--- Primeira, que tivemos um saldo positivo da gestão da Assembleia Distrital e foram-nos transferidos cerca de setenta e cinco mil euros de um ativo monetário; e-----

--- Segunda, porque também não existe em muitos ou em quase todos os municípios, o registo contabilístico destas quotizações.-----

--- Porquê?-----

--- Porque se não eram discutidos, também não chegavam aos gabinetes de contabilidade dos municípios para compromisso.-----



— A regra geral é esta, o que o Conselho e Comunidade Intermunicipal se deparou, é que lhe foi atribuída uma transferência ideal de um milhão e trezentos cinquenta e mil euros, números redondos, mas agora a sua execução é diferente, pois como fazemos essa interpolação aos municípios? -----

— É devedor ou não é?-----

— Sendo que muitos deles não têm esse registo feito e sendo que de acordo com este princípio da subsidiariedade se o é necessário ou não. -----

— Esta reunião da Assembleia Distrital, também o é dentro de uma regra de equilíbrio que tacitamente lá foi aceite e politicamente também o foi, que iríamos entre aqueles municípios que foram cumpridores e cumpriram à risca as suas quotizações e os que não pagaram para que haja um equilíbrio. -----

— Temos pessoas especializadas que nos vão ajudar a resolver isto, desde logo juristas, consultores e revisores oficiais de contas para fazermos diversos cenários, para que haja uma partilha de custos e de benefício para os cumpridores. -----

--- Obviamente que a Comunidade não pode ter essa decisão e impor aos seus restantes municípios, tanto que a maior parte dos municípios não pertencem à nossa Comunidade, terá que haver uma deliberação consensual de todos mas está sempre com este espírito aberto para que objetivamente sejam definidas as quotizações estritas e necessárias de cada município e para que nós as possamos receber efetivamente e para que depois num segundo momento cumpra aquele compromisso que é fazer um “rateio” entre todos os municípios, aqueles que cumpriram, os que foram obrigados a cumprir em virtude do PAEL e aqueles que não cumpriram pura e simplesmente porque não funcionou. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, tendo verificado que não existia mais nenhum pedido de intervenção no período antes da ordem do dia deu o mesmo por encerrado. -----

--- Ordem do Dia -----

--- Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** – Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM entre o dia 29 de abril e o dia 23 de novembro de 2016, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, deu a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: “Vou seguir o conselho do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal. -----

--- Foi-vos distribuído este documento, podem verifica-lo e eu e o secretário executivo ficamos à disposição no âmbito de todo este conjunto de ações desenvolvido pela Comunidade desde a última Assembleia. -----

--- Eu vou-me centrar no último ponto que o senhor presidente referiu, sendo que na última assembleia foi de "Educação" e hoje trago-vos as ações 2.13 "Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes" e nomeadamente o 2.14 "Autoridade de Transportes". -----

--- Quanto às outras ações desenvolvidas eu estarei à disposição, pois o documento foi distribuído e os senhores deputados também têm conhecimento, também porque fazemos questão que a comunicação social transmita muitas delas e os próprios presidentes de câmara que pertencem ao Conselho Intermunicipal também vão dando nota nas reuniões do executivo e nas assembleias municipais. -----

--- Senhores deputados, como sabem existe uma nova realidade que é o problema deste Regime Jurídico de Transporte Público para Passageiros. O senhor deputado António Dinis alertou, e bem, para isto. Nós estamos a discutir nas nossas assembleias municipais mas por vezes não temos a consciência exata da grande transformação que está a ocorrer por todo o país, presumo eu, mas o que nos interessa é a nossa região, o nosso território. -----

--- Desde logo, como sabem, tivemos uma fase de lançamento do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes. Os catorze municípios decidiram unir-se, temos financiamento para isso e estamos a fazer este estudo, monitorização e avaliação de tudo isto que é mobilidade intermunicipal. Isto era cruzar com este problema do serviço público de passageiros que hoje através deste Regime, do qual eu vou ler aqui alguns considerandos, as comunidades intermunicipais, pela primeira vez, também são autoridades de transporte, tais como, os municípios. Isto é, agora temos que reunir forças para que estejamos à altura de cumprirmos a lei e ao mesmo tempo termos benefício disto. -----

--- Uma explicação muito generalista do que se está a passar com a publicação de um regulamento CEE 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho de vinte e três de outubro de dois mil e sete. Entrou em vigor em dezembro de dois mil e nove e é diretamente aplicável a todos os estados membros da União Europeia, foi estabelecido um novo regime comunitário no âmbito do transporte rodoviário e ferroviário de passageiros que tem por objetivo definir o modo como o respeito das regras de direito comunitário, as autoridades competentes podem intervir no domínio do transporte público de passageiros para assegurar a prestação de serviço de interesse geral e define ainda as condições em que as autoridades competentes ao imporem obrigações de serviço público ou ao celebrarem contratos relativos à obrigação do serviço



público compensam os operadores de serviço público pelos custos ocorridos e/ou concedem direitos exclusivos em contrapartida da execução das obrigações deste serviço. -----

--- Isto é, o regime é aplicável não só ao planeamento, organização, operação, atribuição, fiscalização, investimento, organização e divulgação e desenvolvimento do serviço público de transporte de passageiros, por modo rodoviário, fluvial e ferroviário e outros sistemas guiados, incluindo o regime das obrigações de serviço público e respetiva compensação. Aplica-se no âmbito local, urbano, suburbano, municipal, intermunicipal e inter-regional aos modos de transporte que atrás referenciei. Define quem são e como atuam as autoridades competentes na organização no setor dos transportes terrestres; estabelece a regra geral da realização de procedimentos concursais para a escolha de operadores de transporte e vem introduzir um regime de concorrência regulada no setor dos transportes. -----

--- Define, ainda, as condições em que as autoridades competentes podem impor ligações de serviço público no âmbito do contrato de serviço público ou de regras gerais. -----

--- Mais, dispõe este guião que o referido período transitório, e aqui é que é também importante, estabelecido até ao dia três de dezembro de dois mil e dezanove. -----

--- Inicia-se com a organização das novas autoridades de transporte e com o cumprimento de obrigações imediatas de estruturação institucional e de articulação das autoridades entre si, ou seja, nós pensamos que isto já está em vigor, ou melhor esta diretiva comunitária, desde dois mil e nove, tinha a sua validade de dez anos e a três de dezembro de dois mil e dezanove acabam todas as concessões definitivamente. -----

--- Nós pensamos que isto é muito tempo mas não é. Os municípios atualmente, como sabem, são autoridades de transporte dentro da sua via, dentro do seu território podem fazer este planeamento e esta gestão mas também, hoje, as comunidades intermunicipais são autoridades de transporte. Portanto hoje o IMT não tem qualquer decisão quanto aos transportes de passageiros. -----

--- Sendo certo que nas comunidades intermunicipais até se está a definir uma regra de ouro, é autoridade de transporte, desde logo a Comunidade em todas as carreiras públicas inter-regionais, aquelas intercomunitárias entre algumas comunidades e estabeleceu-se uma regra que é autoridade sobre essas carreiras aquela comunidade intermunicipal que tiver o maior percurso no seu território. -----

--- Desde logo, se uma carreira começa em Moimenta da Beira, atravessa todo o nosso território e vai até Aveiro, estamos logo a falar de três comunidades intermunicipais, Douro, Viseu Dão Lafões e Aveiro, é gestora dessa carreira a comunidade que tiver maior percurso de território.

--- Por outro lado, e também foi decidido no Conselho Intermunicipal, por unanimidade, sendo que Viseu se está a assumir como autoridade de transporte e está a preparar um concurso, mas o que nós pretendemos e decidimos é que os municípios vão delegar também as suas carreiras, as suas concessões municipais na Comunidade intermunicipal, para que possa gerir o regime jurídico. -----

--- Quais são esses objetivos?-----

--- Obviamente que esta concretização de delegação de competências no âmbito das carreiras municipais na Comunidade, também está prevista na lei no n.º2 do Art.º 6.º do Art.º 10.º deste Regime e sendo também de acordo com o regime jurídico das autarquias locais que aprova o estatuto das comunidades intermunicipais e o regime jurídico da transferência de competências e do associativismo autárquico. -----

--- A Comunidade Intermunicipal reconhecendo a possibilidade de fazer uma análise mais aprofundada do impacto económico e financeiro que comprove uma eficiente gestão de recursos públicos, sem ações deficitárias, introduz no contrato, que pretendemos que sejam interadministrativos, onde há esta delegação de competência dos municípios, uma cláusula de salvaguarda de não aumento de despesa pública global, remetendo para uma contratação específica, no quadro legal em vigor, qualquer ação que represente ou possa representar um aumento de despesa pública geral. -----

--- Pretende-se que sejam identificadas as vantagens nesta delegação de competências para a gestão intermunicipal de autoridade de serviço público de transporte de passageiros, criando um modelo partilhado entre a Comunidade e os catorze municípios que a compõem, possibilitando ganhos de eficiência ao nível do desenho das redes, desde logo, a promoção da intermodalidade e da eficiência e otimizar ao mesmo tempo o cálculo do custo tendo em consideração as necessidades de mobilidade e recurso disponíveis, permitindo uma implementação do Regime Jurídico na área da Comunidade, de forma coordenada, concertada e coerente. -----

--- Senhores Deputados é esta a nova realidade. -----

--- Se todos tivermos um plano intermunicipal de mobilidade terrestre bem feito, se dermos os nossos contributos como temos dado, o que a Comunidade pretende é ganhar escala para termos uma boa prestação de serviços de transporte de passageiros terrestres, obviamente, e que permita que os municípios tenham também um papel bastante dinâmico neste interação.

--- Isto é, os próprios municípios vão ter um papel preponderante para a criação das redes. Obviamente, que isto terá um custo desde logo as carreiras ou as concessões que pretendem



que sejam as vias de comunicação para os polos de desenvolvimento, e temos que ter em consideração que até há pouco tempo não tínhamos estrada que fizesse ligação Vila Nova de Paiva-Sátão e temos que ter consciência das novas realidades, novas autoestradas e novas vias de comunicação.-----

--- Temos que ter em atenção onde temos as universidades, os polos industriais, as escolas de formação, os centros de saúde, as feiras e todo este fluxo de passageiros.-----

--- Por isso é que temos de fazer este estudo e, para concluir, que os municípios participem ativamente na construção desta rede e esta rede com inovação, necessidade, eficiência mas acima de tudo que tenha outra componente e há pouco o senhor deputado Luís António Ferreira falava do programa Aproximar, e aqui não só falamos de transporte regular mas como também de um transporte flexível, porque temos que ir à micro/baixa densidade, isto é, se é fácil fazer aquilo que é tradicional e regular também temos que perceber que temos um micro e de que tempos a tempos essas pessoas também vêm aos vários serviços públicos e obviamente que aqui o papel muito importante dos órgãos autárquicos locais na construção desta rede. -----

--- Senhor Presidente era deste tema que eu vos queria falar.-----

--- Não foi por acaso que a Comunidade Intermunicipal quis este assunto resolvido até ao final do presente ano, porque tendo o Plano Intermunicipal de Mobilidade, que estará de acordo com as equipas de trabalho, pronto para fevereiro/março do próximo ano, tendo os contratos interadministrativos, nomeadamente, com a delegação de competências efetuada, teremos que fazer um rigoroso caderno de encargos para que com esta robustez e esta escala nós possamos de acordo com a lei, lançar um concurso público internacional.-----

--- É desta dimensão e escala que estamos a falar. Obviamente que um concurso público desta natureza, com múltiplos operadores demorará, com certeza, muitos meses.-----

--- Por isso vos dizia há pouco, dois mil e dezanove é “amanhã” e queremos que chegado o momento possamos ser autoridade de transporte com um trabalho de casa bem feito, com redes consistentes e em que tenha dois objetivos: prestação de um bom serviço público e sempre com ganhos de eficiência para os municípios.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário da Mesa, Senhor Alberto Ascensão, cuja intervenção se transcreve: “ Na sequência de outras assembleias e particularmente nesta é nos dado conta dos trabalhos que são realizados regularmente na Ecopista do Dão e também nos é dado conta e é recorrente a informação que tem sido feita das mais variadas formas desta Ecopista e que só dignificam não só a Ecopista do Dão como a CIM Viseu Dão Lafões e os três municípios que ela atravessa. Na qualidade de utente da Ecopista do Dão trago aqui alguns reparos e que me

parecem que não são devidamente reportados por quem deveria e só falo nisto porque não conheço os termos dos contratos que terá sido firmado com a empresa que procede à manutenção e limpeza deste equipamento e por isso trago este assunto para que fique devidamente anotado em ata, para que não seja deturpada a minha informação. -----

--- Esta questão foi mais suscitada por causa de uma notícia que li há poucos dias relativamente a alguns equipamentos sanitários, nos limites do concelho de Viseu, que terão sido mandados reparar pelo Município de Viseu, porque são vandalizados com alguma regularidade e reparo que em alguns troços iluminados com luminárias a energia solar há desaparecimento, pelo menos de uma luminária, outras estão vandalizadas e todas de um determinado espaço estão inativas. -----

--- Também há espaço que não são devidamente limpos, pelo menos do meu ponto de vista, e a manutenção não é a melhor. O estado do piso em alguns troços é de facto mau. -----

--- Deixava esta informação, este reparo, para que nos termos do contrato que está firmado com a empresa seja exigido e que isto seja devidamente repostos. Isto também porque como nos têm informado houve algumas ações, que importa realçar aqui, promovidas pela CIM Viseu Dão Lafões, uma das quais terminou com uma visita à Ecopista do Dão. -----

--- Ora eu não quero acreditar que essa visita tenha englobado estes troços e equipamentos a que me estou a referir. De facto, deixariam muito mal, uma impressão desfavorável daquele equipamento e o mesmo não merece ser tratado nem visto assim, porque é demasiado importante e não é regra aquilo que nós vemos nestes troços da Ecopista do Dão. -----

--- Era só isto que queria trazer aqui, reportar ao executivo com vista ao tratamento adequado deste assunto.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: “Se o senhor presidente o permitir, deixem-me fazer duas ou três observações em face das intervenções dos Senhores Deputados. -----

--- Não nos devemos dividir naquilo que nos une. -----

--- Obviamente que todos os equipamentos que vierem para Viseu, nomeadamente Radioterapia, IP3, Nacional Sátão-Viseu, é salutar. -----

--- Não vamos criar uma guerra “surda” como aconteceu com outros assuntos e perder tudo. Vamos unir para que isso seja possível, independentemente de quem seja o Governo, nós queremos é o desenvolvimento e a competitividade dos nossos territórios. -----



--- Alguns Senhores Deputados falaram aqui de alguns problemas de algumas estradas. Lembrem-se disto: as estradas hoje, em termos de fundos comunitários, são prioridades negativas, acabaram-se os investimentos para estradas. -----

--- A IP3 tem uma dimensão totalmente diferente, tem uma dimensão nacional, mas estradas como as que foram identificadas, aquelas que estão desclassificadas, terá que haver soluções entre os municípios que são gestores dessas estradas.-----

--- Falou-se aqui também do Programa Aproximar e eu só quero falar disto muito ao de leve. Tivemos a reunião de trabalho em virtude de alguns municípios não estarem todos no mesmo patamar de execução e quais eram os constrangimentos?-----

--- Senhor deputado António Luís Ferreira, para não dizer que eu não quis responder e para que possa ficar esclarecido, somos Comunidade Intermunicipal piloto, isto é, temos o financiamento garantido no Centro 2020 para a instalação das lojas e espaços cidadão. -----

--- Quando os municípios quiseram fazer a instalação tiveram algumas dificuldades, nomeadamente com os edifícios e se podiam “reaproveitar” alguns já existentes. Quando se começou a falar nos antigos tribunais, aí começou a “guerra das capelinhas”. -----

--- De quem são os edifícios? Quem faz a sua gestão?

--- E foi esse conjunto de constrangimentos e houve alguns como Vila Nova de Paiva, que não tinham nem escolas ou tribunais e temos que arranjar uma solução de património municipal. Alguns dos municípios estão com dificuldade, junto do Instituto de Gestão de Património do Ministério da Justiça em celebrar os protocolos e o que fizemos foi reunir por forma a AMA coordenar isto rapidamente para que se possa ultrapassar estas restrições, nomeadamente de propriedade e que possam em tempo útil, estamos a falar até trinta e um de dezembro deste ano, avançar com as candidaturas para a instalação das lojas do cidadão.-----

--- Também se falou aqui de escolas e deixe-me trata-lo por senhor professor. Senhor professor, todos os investimentos para estas escolas foram mapeados, identificados pela DGESTE para que houvesse investimento dos fundos comunitários nessas ditas escolas. -----

--- Foi a DGESTE que identificou as escolas que necessitavam de intervenção, por estarem degradadas ou por aumento da comunidade escolar, Viseu teve duas, estamos a falar do secundário e do primeiro ciclo. -----

--- Obviamente que os municípios na contratualização identificaram aquelas que são da sua competência. Isto para lhe dizer que não tivemos rigorosamente nada a ver com esta escolha de o porquê de ser esta escola e não aquela. Os municípios dentro da sua autonomia de gestão escolheram da sua cota e da sua competência. -----

— Quanto ao restante eu percebi que temos aqui assuntos de interesse regional independentemente de mais ou menos ideologia, eu penso que estamos todos alinhados na defesa da nossa região. -----

— Senhor Deputado e Secretário da Mesa, Ecopista do Dão. -----

— Como sabem, a Ecopista do Dão é um projeto de referência da Comunidade Intermunicipal com alguns prémios internacionais, com reconhecimento internacional e sendo a CIM Viseu Dão Lafões que faz a sua gestão, os custos assumidos na quilometragem é dos três municípios e a Comunidade não tem custos com isto para agregar necessidades e para dar uma resposta pronta faz essa gestão. -----

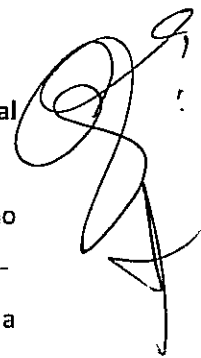
— Temos vistorias permanentes para que possam algumas deficiências ou reparações serem colmatadas. Obviamente que há problemas e que há contratação pública a ser feita, há mas isso o Dr. Nuno vai dar-lhe uma resposta objetiva sobre todo o cuidado que temos tido relativamente às situações que aparecem. -----

— Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: “No que concerne à questão colocada pelo Senhor Deputado Alberto Ascensão, relativa à Ecopista do Dão, permita-me que, de uma forma rápida, lhe de a seguinte nota. A CIM Viseu Dão Lafões tem por delegação de competências dos três municípios, a gestão da infraestrutura, na vertente da limpeza e manutenção e, também, na vertente da divulgação, comunicação e colocação da ecopista nas redes internacionais e, ainda, enquanto produto turístico de atratividade do território. -----

— Em termos de modelo de governação temos uma comissão de acompanhamento que reúne e que é constituída pela equipa de projeto da CIM Viseu Dão Lafões, e por representantes, dos três municípios atravessados pela Ecopista do Dão, com um membro do executivo municipal e um técnico. -----

— No tocante às questões colocadas pelo Senhor Deputado há, de facto, alturas no ano, e nós estamos atentos a isso, em que é complicado garantir o combate aos infestantes, fruto das variações climáticas, sendo que, a empresa que tem agora a seu cargo a limpeza e manutenção da Ecopista do Dão, e que entrou há cerca de dois meses, fruto de um novo concurso público, é objeto de inspeções e de verificações ao trabalho desenvolvido. -----

— Obviamente que existem alguns problemas. Estamos a falar de vegetação, dar nota que a empresa não pode usar herbicidas ou qualquer outro tipo de produtos para impedir o seu crescimento, dado ser proibido. Não nos podemos esquecer, também, que a Ecopista não é um jardim, não é um parque urbano e nós damos conta disso quando vamos visitar outras ecopistas



europeias, sendo que, em comparação com a nossa, a Ecopista do Dão está sempre em ótimo estado. -----

— Houve, também, um problema localizado em todo o mês de junho, um problema com a empresa em que estivemos quase a rescindir contrato com a mesma, mas a situação ultrapassou-se e penso que agora a situação está muito melhor. -----

— Há outras situações que estão relacionadas com atos de vandalismo e que são atos que acontecem nas casas de banho, nas luminárias que são colocadas e são imediatamente roubadas, são as baterias, sendo que estamos a tentar encontrar uma solução com a EDP, porque não vale a pena colocar baterias que são sistematicamente roubadas. -----

— Para terminar, a questão do piso, sendo que está é uma questão que se prende com questões de garantia, e estou em condições de informar que está em curso uma intervenção por parte da empresa construtora, ao abrigo da garantia, em que estão a fazer reparações e estão a fazer a substituição de muitas barreiras e de equipamentos de manutenção.” -----

--- Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** – Análise, discussão e votação da proposta de Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2017, de acordo com a Informação de Serviço nº 364/2016, de 10 de novembro, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: “Senhores deputados, se verificaram o mapa de pessoal reproduz na sua totalidade a proposta que tínhamos no ano passado, não havendo qualquer tipo de alteração, não foram preenchidos quaisquer lugares e por isso é o mesmo mapa de pessoal que vigorou para o ano de dois mil e dezasseis e mantém-se a mesma proposta.” -----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou o mesmo a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

--- Quanto ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de Orçamento e Plano de Atividades, para o exercício económico de 2017, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: “Senhores deputados, como puderam verificar um Orçamento que ronda os quatro milhões de euros, quer do lado da receita quer do lado da

despesa. Do lado da receita esta Comunidade, não cobra impostos, não tem impostos diretos ou indiretos, tem a comparticipação do Estado por parte da transferência da DGAL, tem a participação dos municípios e o que tem “mais peso” é por parte da receita por fundos comunitários, por causa dos projetos cofinanciados quer do Estado, no caso dos Serviços Partilhados quer também dos projetos e das candidaturas que temos no âmbito do Portugal 2020, dos fundos europeus. -----

--- De igual modo, do lado da despesa e como puderam verificar, a despesa com os funcionários e depois como não temos estruturas orgânicas que nos permitam fazer trabalhos, temos que nos socorrer do *outsourcing*, de equipas especializadas e aqui a parte mais relevante da despesa.

--- Quanto ao Orçamento parece-me ser muito fácil explicar, porque temos praticamente três fontes de financiamento e a despesa é com funcionários e serviços especializados, para além obviamente da despesa corrente.-----

— O Dr. Nuno Martinho, se o Senhor Presidente o permitir, irá dar uma nota ainda que breve sobre as Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e dezassete. -----

— Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: “Quanto ao Plano de Atividades e proposta de Orçamento, dar nota que a documentação foi disponibilizada, através do site da CIM Viseu Dão Lafões, logo a seguir à reunião do Conselho Intermunicipal que se realizou na passada quarta-feira.-----

— Mantemos as mesmas linhas estratégicas, que estão consensualizadas com aquilo que foi a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial 2020, Viseu Dão Lafões 2020, e que também está muito ancorado no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, que a Comunidade e os seus municípios contratualizaram com os vários programas operacionais financiadores. -----

--- Permitam-me que dê uma nota, breve, em relação a alguns projetos que a CIM tem vindo a desenvolver, sendo que, muitos, e ainda bem, continuam ao longo dos anos a serem trabalhados na CIM Viseu Dão Lafões, projetos sustentáveis que vão fazendo o seu caminho ao longo do tempo. -----

— No âmbito de qualificar e modernizar a administração local, desde logo, e já foi hoje falado aqui, o Programa Aproximar, sendo que a CIM tem vindo a acompanhar todo o processo de instalação, nos seus municípios, das lojas e dos espaços de cidadão. Dar conta que, neste momento, se encontra a decorrer um aviso de abertura de concurso para que os municípios candidatem a novas lojas, e muitos já se candidataram no anterior aviso. Este acompanhamento feito pela CIM é feito em parceria e com grande proximidade com a Agência para Modernização



Administrativa, com o programa operacional financiador, o Centro 2020, e também com a tutela, tendo-se, inclusive, realizado uma reunião, nas instalações da CIM Viseu Dão Lafões, para esclarecer dúvidas e constrangimentos que os municípios estavam a sentir, para que possam, dentro do prazo, submeter as suas candidaturas. -----

--- Neste sentido, a Comunidade tentou fazer a interligação com os municípios no âmbito do que é a desmaterialização, a reengenharia e o balcão único online.-----

--- Passando para outro projeto emblemático da CIM Viseu Dão Lafões, que se iniciou no ano transato, os Serviços Partilhados, um projeto financiado pela DGAL, via CCDR do Centro e que tem três componentes fundamentais. Uma delas, um projeto, que já vem do passado, o Sistema de Informação Geográfico à escala intermunicipal, assentes em tecnologia *open source* e *open data*, libertando os municípios de um encargo financeiro, pesado, que era o software proprietário.-----

--- Depois, todo o processo de cartografia à escala 1:10000 e à escala 1:2000, que estamos a fazer para o conjunto dos municípios, sendo que devo realçar que este é o maior projeto de cartografia alguma vez feito em Portugal, e isto é dito pela Direção Geral de Território. Um trabalho muito importante para o território, para a região e que vai ser um instrumento de gestão decisivo para cada um dos municípios.-----

--- Um outro projeto piloto a nível nacional que é a Gestão de Vias, criar um centro de competências, na nossa região, de gestão de vias municipais. O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal falou à pouco daquilo que era o passado, isto a exemplo da contratualização, e os Senhores Deputados podem ver isso no livro que hoje vos foi oferecido, aquilo que foi o QREN 2007-2013 na região e podem verificar que os municípios aproveitaram para fazer reabilitação e beneficiação de estradas, mobilidade territorial e mobilidade urbana. Agora, o paradigma mudou totalmente e o que se coloca neste momento aos municípios é como irão financiar as obras necessárias para manter e requalificar as suas estradas.-----

--- Nesta componente temos como parceiro a empresa Infraestruturas de Portugal, S.A., com o objetivo de se promover a transferência de *know-how* para os municípios, criando um centro de competências ao nível intermunicipal e serem os municípios, através do SIG, a fazer a priorização dos investimentos, a análise dos pavimentos para podermos fazer uma melhor análise e programação de intervenções futuras.-----

--- Relativamente à Modernização Administrativa continuamos o percurso que iniciámos em dois mil e nove. Temos uma estratégia neste domínio, contratualizámos com o programa operacional financiador Centro 2020, esse envelope financeiro e apresentamos, em setembro

último, uma nova candidatura de cerca de dois milhões e quinhentos mil euros, que está identificado no Pacto e nas Grandes Opções do Plano e que está relacionado com a continuidade do trabalho na reengenharia, ao nível da capacitação e com uma solução intermunicipal no domínio do *Disaster Recovery*, de segurança dos dados de cada um dos municípios.-----

— Falando agora no aspeto do turismo e da sua interligação com a Ecopista do Dão, uma vez que o turismo de natureza tem aumentado consideravelmente, mais de dois dígitos ao ano, e a Ecopista do Dão, é hoje, uma porta de entrada no nosso território. Temos feito um trabalho com a Associação Europeia de Vias Verdes, somos o único parceiro português que tem vindo a ser convidado para participar em projetos europeus como foram o Greenways4Tour, o Greenways Product, que aproveitámos para estruturar o produto e a oferta em torno da Ecopista do Dão, onde associámos o enoturismo, a gastronomia, o termalismo, o lazer, a aventura.-----


— Estamos, agora, a desenvolver o Greenways4All que está relacionado com a acessibilidade para todos na Ecopista.-----

--- Vamos, agora, com os fundos comunitários alavancar esta infraestrutura com um projeto de sinalização turística.-----

— Associando à Ecopista do Dão, que vale por si mas vale muito mais se nós formos capazes de a associar com outros recursos, estamos a preparar uma candidatura que iremos submeter no início do ano e na qual temos vindo a trabalhar com os municípios desde julho, e que tem a ver com o património natural e com a sinalização, associando-a aos percursos pedestres e a todo o património natural que temos na nossa região.-----

--- Quanto ao Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes, dar nota de quão estratégico é, para a nossa região, ter um plano, que é operacional, não se trata apenas de um estudo, de um diagnóstico, é um plano intermunicipal que servirá, de base, para o lançamento do concurso público internacional para a concessão do futuro serviço público de transporte de passageiros, associando aqui o novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, onde a CIM irá assumir, por delegação de competências dos municípios, como autoridade de transporte, sendo que já o é nas linhas intermunicipais e regionais, mas, também, será através das linhas municipais.-----

— Relativamente à área de atratividade do território iremos continuar o trabalho que temos vindo a desenvolver, em parceria com o Turismo do Centro de Portugal, no âmbito da marca Viseu Dão Lafões. Estamos a preparar uma candidatura no montante de um milhão de euros, para podermos trabalhar os produtos turísticos integrados da região.-----



— Neste sentido, temos que ser capazes de associar esta promoção turística ao projeto que temos da sinalização turística, onde temos uma dotação financeira de cerca de quinhentos e oitenta mil euros de FEDER e associá-los ao projeto de programação cultural em rede. —

— Aproveito, também, para informar que a CIM, no passado mês de outubro, apresentou uma candidatura fora do Pacto, que irá competir com outras candidaturas da Região Centro, na área da programação cultural em rede, tendo-o feito em parceria com o território, ou melhor, com as estruturas profissionais da nossa região, a ACERT, a Binaural/Nodar, o Cine Clube de Viseu, o Teatro Montemuro, o Teatro Viriato e a Companhia Paulo Ribeiro. —

— Portanto, vamos ter três instrumentos financeiros muito importantes na região e muito importantes na atratividade do território: programação cultural em rede, produtos turísticos integrados, promoção turística e sinalização turística, incluindo aqui a sinalização do património natural. —

— Outra questão que nos preocupa tem a ver com a valorização dos recursos territoriais, os recursos endógenos, sendo que esse é uma ação que já começamos a desenvolver. Ainda no fim-de-semana tivemos a valorização do queijo Serra da Estrela e daquilo que represente para a região, desde a produção à comercialização, dado termos que ter uma valorização económica destes recursos e ter uma estratégia de desenvolvimento económico assente nos recursos territoriais da nossa região. No fundo temos que ter uma economia mais comprometida com o nosso território e com os nossos recursos e sermos capazes de fazer a sua combinação cruzada.

— Dar nota, que já fizemos um contacto mais de perto com a Comissão Europeia, nomeadamente com a Plataforma de Sevilha, e com o sistema científico e tecnológico para tentar fazer essa valorização dos recursos territoriais. —

— Através de uma proposta do Senhor Presidente do Município de Carregal do Sal, já demos um sinal da nossa vontade de avançar com o processo, juntamente com a CCDR, isto é, o desenvolvimento de um projeto piloto da valorização económica da pinha e do pinhão, decorrente de uma aposta do Município de Carregal do Sal da valorização do pinheiro manso. —

— Ainda neste âmbito, devo referir, que está criado um grupo de trabalho na Comunidade Intermunicipal, onde estão os municípios, a Comunidade, o sistema científico e tecnológico e as ADL's. —

— Assim, o que vamos fazer é estender esta ideia a outros recursos da nossa região, como sejam o míscaro, a maçã Bravo de Esmolfe, o Vinho do Dão, que é outro recurso importante, ou os resíduos do vinho e da vinha. —

--- Aqui o que é importante é perceber de que forma pode surgir micro empreendedorismo da valorização dos nossos recursos territoriais. -----

--- Outra área que nos é muito cara, e que tem vindo a fazer o seu caminho, é a proteção civil à escala intermunicipal. Fizemo-lo em candidaturas conjuntas com a Autoridade Nacional de Proteção Civil, tendo começado com os equipamentos de proteção individual para os bombeiros, depois com os Rádios SIRESP, que foram entregues em Vila Nova de Paiva há um ano atrás, não nos esquecendo, também, nas cartas de risco que foram elaboradas para os municípios. -----

--- Demos, agora, mais um passo, ao estarmos a elaborar os planos municipais de emergência para os municípios que ainda não os têm, bem como, através da submissão de uma candidatura, que estava no Pacto, e que se prende com a criação de uma plataforma de emergência e proteção civil à escala intermunicipal. Dar nota aqui, que hoje recebemos o contacto do POSEUR a informar que esta candidatura tinha sido aprovada e que, sendo assim, iremos começar a executá-la no início do ano. -----

--- No âmbito da eficiência energética temos feito um caminho em termos da instalação de luminárias LED. Temos um conjunto de recursos financeiros na Comunidade Intermunicipal que permitirão aos municípios, no ano de dois mil e dezassete, apresentem as suas candidaturas, nomeadamente ao nível das piscinas municipais e dos edifícios públicos. -----

--- Outro projeto que foi aprovado pelo POSEUR é o das adaptações às alterações climáticas, um tema que está na ordem do dia, sendo que a CIM terá um plano intermunicipal de adaptação às alterações climáticas, com a participação e capacitação de técnicos de cada um dos municípios.

--- Ao nível do Pacto, e desta nova dimensão de intervenção da Comunidade Intermunicipal e dos municípios, ao invés daquilo que era no passado, o território e a Comunidade estão hoje organizados para fazer a governação de todos estes projetos e do pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, sendo que a CIM criou quatro redes de trabalho a funcionar com vários parceiros: a rede de emprego, empresas e empreendedorismo, a rede de educação, a rede de qualificação e mercado de trabalho e a rede da coesão social. -----

--- Estas redes no seu trabalho conjunto fazem a complementaridade dos projetos e das intervenções de todos os atores no território. A Comunidade tem um conjunto de projetos na área da inclusão, da coesão social, na educação, nomeadamente na promoção do sucesso educativo, pelo que acho que temos a obrigação de construirmos estes projetos intermunicipais com as instituições que estão hoje no terreno. Estamos a fazê-lo na área da cultura para todos



e na área do envelhecimento ativo, estamos a construí-los com a Segurança Social, as IPSS, a ARS, porque é um ator importante também no domínio da coesão. -----

--- Estamos pois a construir projetos, que independentemente do financiamento comunitário, têm que estar organizados no terreno e no território para serem colocados em prática. -----

--- Outro projeto que importa salientar é a Rede Regional de Empreendedorismo em que tivemos a capacidade á alguns anos atrás de organizar esta temática. -----

--- Está aqui o Senhor Deputado João Cotta que se deve lembrar de em dois mil e nove, dois mil e dez, quando a AIRV, a Comunidade Intermunicipal, as associações de desenvolvimento local, as instituições de ensino superior, construíram um grupo de trabalho e se organizaram para promoverem o empreendedorismo em conjunto. -----

--- Um projeto que tem tido continuação não só na vertente do empreendedorismo nas escolas mas, também, na resposta organizada e no apoio aos empreendedores. Temos uma candidatura aprovada, em parceira com a AIRV, no Sistema de Incentivo a Ações Coletivas, que vamos implementar no ano de dois mil e dezassete. No início de 2017 iremos lançar a 2ª edição do concurso nacional de Ideias de Negócio, o Wanted Business Ideas. -----

--- Para terminar, só dar duas notas finais. -----

--- Uma sobre o projeto do sucesso educativo que nasceu na rede de educação. A Comunidade tem cerca de nove milhões de euros para as escolas, para a nossa região, para a promoção do sucesso educativo e de combate ao abandono escolar precoce. -----

--- Está para ser lançado o aviso para as estratégias intermunicipais no domínio do sucesso educativo e tem havido, aqui, um trabalho muito aturado por parte da CIM Viseu Dão Lafões dentro da rede de educação com os agrupamentos de escolas, com os centros de formação de professores, um contacto muito próximo com a Unidade de Missão de Promoção de Sucesso Educativo, lançado pelo Governo, nomeadamente pelo Professor José Verdasca da Universidade de Évora, que está a coordenar este programa a nível nacional, pelo que estamos em condições, de apresentar um conjunto de projetos estruturantes para o território. -----

--- A área da Assistência Técnica da Contratualização de fundos comunitários fez um esforço grande no ano de dois mil e dezasseis e, dar uma nota de todo o profissionalismo e capacidade de todos os técnicos da Comunidade e neste caso em específico da Estrutura de Apoio Técnico, pois conseguimos encerrar projetos de cerca de cem milhões de euros, sendo que toda a problemática de pedidos de pagamento, verificação física e documental, do encerramento dos projetos perante Bruxelas, foi concluída dentro do prazo. -----

--- Relativamente ao Orçamento e complementando o que o Senhor Presidente disse, as receitas da Comunidade Intermunicipal derivam basicamente de fundos comunitários provenientes dos vários projetos que a Comunidade gere e se candidata e tem a proatividade de se candidatar. -----

--- Dar nota que a CIM tem estado muito atenta a outras candidaturas fora do Pacto, sendo que neste momento temos uma candidatura no Interreg, no âmbito do Espaço Atlântico, que passou á segunda fase de análise, em que temos, agora, que apresentar o projeto até ao próximo dia dezanove de dezembro. -----

--- As transferências proveem do Orçamento de Estado, via DGAL, dos fundos comunitários, da quotização dos municípios, dos Serviços Partilhados, cerca de um milhão de euros, que derivam diretamente do protocolo e contrato com a CCDRC e com a DGAL. -----

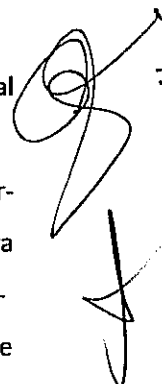
--- Dar outra nota, que conforme o Senhor Presidente disse, analisando o documento, a rubrica dos Trabalhos Especializados e Consultoria tem uma relevância, e são mesmo isso que são, trabalhos especializados em que tem que se ter um *know-how* e só para terem uma ideia, só um milhão e meio está na cartografia, mais cerca de quinhentos mil euros está na modernização administrativa em termos de reengenharia e desmaterialização. -----

— Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Leonídio Monteiro, cuja intervenção se transcreve: “Muito telegraficamente, o Dr. Nuno, não falou, embora esteja na página vinte e um e vinte e dois das Opções do Plano e Orçamento, de uma situação que diz respeito à requalificação da estrada municipal 329-1 à freguesia de Germil. -----

— Presumo que não o fez, porque diz respeito a dois municípios mas de qualquer das formas há uma preocupação minha em relação a isto, porque se trata de uma obra que tem cerca de menos de quinhentos metros totalmente localizada no concelho de Mangualde e depois há uma ponte que não serve e não sei se terá intervenção ou não portanto a ser reconstruída terá intervenção física no concelho de Penalva do Castelo. -----

— Disse que deverá haver a coesão territorial, a solidariedade intermunicipal mas esta solidariedade é esta coesão que não seja dos mais fracos para os mais fortes. -----

— Mangualde reivindicou e muito bem na parte que diz respeito ao protocolo, cinquenta por cento para cada município em termos financeiros e caberá á Comunidade Intermunicipal apenas gerir esse dinheiro mas de qualquer das formas eu temo que não esteja ninguém de Viseu a ouvir isto, porque senão desgraçados de todos os concelhos à volta de Viseu. -----



--- Portanto acho que a solidariedade e coesão diz que o princípio da territorialidade deve usar-se nesta situação e portanto em função dos metros a fazer. Assim deveria ser também a obra física participada por cada município, na minha perspetiva, já se fez isso muitas vezes. -----

--- Eu não quero ter espírito de "capelinha", porque não se o deve ter mas também acho que temos de olhar um pouco de forma a que Penalva do Castelo tem uma boa situação financeira, têm dois milhões a prazo que já vêm do executivo anterior mas eram para obras comparticipadas dos quadros comunitários do 2020, não era para este tipo de situações, para pagar obra que é feita no concelho vizinho, muito embora sirva muita população do concelho de Penalva do Castelo. -----

--- Espero que haja solidariedade também nesta situação de forma a que os municípios mais pequenos tenham alguma vantagem, caso contrário, espero que de Viseu não esteja ninguém a ouvir, espero que o Dr. Almeida Henriques não siga estes exemplos, porque senão toda esta solidariedade intermunicipal funcionará só para um lado. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Dinis, cuja intervenção se transcreve: "O senhor deputado e secretário desta Mesa já falou das questões mais problemáticas da Ecolista.

--- Eu vinha aqui apenas registar o facto de "Produções de Bens", fiquei com a dúvida com o que está relacionado se é com aquisição de equipamentos ou reparações... depois aparece aqui "Outros trabalhos especializados" e portanto fiquei com a dúvida se têm duas componentes diferentes em termos de Plano de Atividades e Orçamento ou não. -----

--- Depois, em relação à Ecolista do Dão eu acho que é altura de se encontrar uma solução para o térreo da mesma. A Ecolista é um produto fantástico que desde o início começa bem e não acaba bem, portanto se tem o valor que tem e se ganha os prémios que ganha, imaginem se acabasse bem. Eu acho que essa deve ser a questão essencial e que deve ser resolvida não sei como mas acho que começou outra vez a janela da oportunidade para os investimentos e esperamos que este também seja contemplado neste domínio. -----

--- Em relação às questões de manutenção, se se envolvessem as juntas de freguesia nos territórios por onde passam, as coisas poderiam, na minha perspetiva, com compromissos, com comprimento dos autarcas, eu penso que se fosse transferida alguma coparticipação naquilo que seja possível transferir, acho que ficariam todos a ganhar porque são quem está mais diretamente relacionada com as reclamações e as queixas. Portanto deixaria esta "achega" para que também pudesse ser contemplada. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: "Muito obrigado senhor presidente. Eu vou responder telegraficamente e depois o Dr. Nuno Martinho poderá complementar.-----"

--- Dr. Leonídio Monteiro, requalificação da estrada de ligação de Mangualde a Penalva do Castelo. Eu há pouco e perante a questão que foi levantada pelo Senhor Deputado Manuel Casais de São Pedro do Sul vê-se esta dificuldade e é esta que temos que dar: os municípios têm que começar a entender-se em relação às suas fronteiras administrativas. -----

--- As populações que estão nas fronteiras por vezes têm necessidades que só eles sentem e neste caso em concreto, aquilo que nos foi trazido ao Conselho Intermunicipal e que vimos pela primeira vez com agrado, foi dois municípios entenderem-se para a construção de uma infraestrutura e que querem que seja a Comunidade a lançar a contratação pública, é a "barriga de aluguer" para resolver esta dos dois municípios e a Comunidade não terá qualquer encargo financeiro com esta situação. -----

--- Caro deputado António Dinis, eu vou falar da Ecopista muito brevemente uma vez que o modelo da gestão quem terá que fazer são os municípios.-----

--- Por exemplo, a ideia do envolvimento das juntas de freguesia pareceu-me uma ideia interessante. Mas deixe-me dar-lhe o meu entendimento, no dia em que não houver um órgão supramunicipal na gestão daquilo, começará a haver diferenciação, por uma questão de investimento e não só. -----

--- Aqui a Comunidade serve de entidade gestora daquele equipamento mas são os municípios que têm os custos agregados ao seu território. Contudo já se fala numa outra ligação desta infraestrutura a Aveiro e aí sim faria todo o sentido, porque hoje em dia com todas as atividades desportivas inerentes a este equipamento (running, BTT, cicloturismo...), faria todo o sentido ligar o mar com a serra e eu sei que alguns municípios começam a posicionar-se estrategicamente. -----

--- Eu penso que era estratégico para o desenvolvimento desta via naquilo que queremos de turismo de natureza e da promoção turística da nossa região.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: "O Senhor Deputado António Dinis estava a referir-se especificamente à questão da GOP da Ecopista do Dão em termos de tradução no Orçamento. -----"

--- Está a rubrica "Trabalhos Especializados" e algumas rubricas abertas também para material de comunicação e promoção por força também de alguns projetos intermunicipais em que temos vindo a participar e aqui encontramos "Produção de Bens", a terminologia correta é

“Aquisição de Bens” e também está aqui dotado porque há aqui a perspetiva da Comunidade Intermunicipal e da Comissão de Acompanhamento de que para pequenas reparações da Ecopista do Dão, seja aberto um procedimento de fornecimento em contínuo, de tábuas e outro tipo de reparações. -----

--- O que acontece neste momento é que se há uma vedação que parte na Ecopista, está na responsabilidade do município fazer a reparação. A empresa identifica as situações de deterioramento na Ecopista e, por sua vez, nós avisamos o município e é ele que fará a recolocação. E aqui a vontade dos municípios é para que haja um contrato de fornecimento em contínuo e depois que seja a Comunidade Intermunicipal a fazer a colocação, até porque, um dos pontos que já colocámos no concurso público de limpeza e manutenção seja a empresa a faz essa aplicação. -----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou o mesmo a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

--- Relativamente ao **quarto ponto da ordem de trabalhos** – Análise, discussão e votação da proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, de acordo com a Informação de Serviço nº 365/2016, de 10 de novembro, nos termos do art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, no exercício de 2017. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: “Senhores deputados, esta informação é no seguimento do cumprimento da Lei dos Compromissos e está relacionado com as aquisições que são plurianuais ou se o tornam pela sua execução física. Também nas nossas assembleias municipais pedimos este parecer prévio genérico favorável, sendo certo que vos daremos nota dos compromissos plurianuais que estamos a executar.” -----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou a votação da proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, tendo sido a mesma sido aprovada por maioria, com uma abstenção do Senhor Deputado Vitor Fernandes. -----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

— Relativamente ao quinto ponto da ordem de trabalhos - Listagem dos compromissos plurianuais assumidos entre o dia 14 de abril de 2016 e 10 de novembro de 2016, ao abrigo autorização prévia genérica favorável a assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela Assembleia Intermunicipal, na sua sessão de 30 de novembro de 2015, de acordo com a Informação de Serviço nº 366/2016, de 10 de novembro nos termos das disposições conjugadas do artigo 104.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro. -----

— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: “Em execução da autorização prévia que a Assembleia nos conferiu no ano passado, estamos a dar nota dos compromissos que eram plurianuais ou que o passaram a ser.” -----

— Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto deu o assunto “Listagem dos compromissos plurianuais assumidos entre o dia 14 de abril de 2016 e 10 de novembro de 2016, ao abrigo autorização prévia genérica favorável a assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela Assembleia Intermunicipal, na sua sessão de 30 de novembro de 2015” por encerrado, uma vez que se tratava apenas de a assembleia tomar conhecimento da matéria nela contida. -----

— Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve: “Não registamos nenhuma inscrição prévia do público, assim sendo resta-nos dar por concluído esta reunião, agradecendo a presença de todos.” -----

— Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada às vinte e uma horas, lavrando-se a presente ata que vai ser devidamente subscrita pelo Presidente da Mesa e pelo Secretário da mesma. -----

